

## Marcelino Chiarello: um defensor dos direitos humanos

### Marcelino Chiarello: a defender of human rights

Cesar Capitano<sup>1</sup>  
José Carlos Radin<sup>2</sup>

#### Resumo

Nesse artigo evidencia-se a formação e a militância do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó-SC, sobretudo o seu envolvimento na defesa dos direitos humanos, relacionando-a a sua formação sociopolítica alicerçada na vertente religiosa da Teologia da Libertação e da influência do Bispo Dom José Gomes. Destaca-se que em todas as frentes de sua atuação política, como nos movimentos sociais e sindicais, ele exerceu grande liderança e mostrou radicalidade na defesa de princípios, os quais em grande medida os herdara dos ensinamentos do Bispo. Na trajetória política foi militante de lutas sociais, de envolvimento com mobilizações dos professores e foi vereador por dois mandatos e, no transcurso do seu segundo mandato, em 28 de novembro de 2011, foi encontrado enforcado em sua residência. Também aborda os desdobramentos das investigações e das disputas de narrativas entre a indicação de homicídio e, como oficialmente foi definido, de suicídio. Tal desfecho teve amplas repercussões da sociedade local, em especial por parte de dezenas de entidades, que entenderam se tratar de um crime decorrente das lutas realizadas pelo edil. Esse texto foi produzido a partir de pesquisa em acervo sobre Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), matérias jornalísticas e bibliografias que se aproximem do personagem.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; Militância; Resistência.

#### Abstract

This article highlights the militancy of the councilor of Chapecó, SC, Marcelino Chiarello, especially his defense to human rights, relating it to his sociopolitical education, based on a Catholic branch of the Liberation Theology and influences from Bishop Dom José Gomes. On his entire political activities, in social and union movements, he exercised great leadership and showed radicalism in defense of principles from which he had inherited from the teachings of the Bishop. In his political trajectory he was a militant of social struggles, with involvement in mobilizations of teachers, as well as a councilor for two terms. During his second term as a councilor, on November 28, 2011, he was found hanged in his residence. It also presents the developments of investigations and narrative disputes between the indication of homicide and, as officially defined, suicide. Such outcome had widespread repercussion from local society, especially from dozens of entities, which understood that it was a crime encouraged by struggles carried out by Chiarello. This article was produced from research on the collection about Marcelino Chiarello at Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), through journalistic articles and bibliographies that come close to the character.

**Keywords:** Human rights; Militancy; Resistance.

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia pela Unochapecó. Mestre em História (UFFS). Técnico em assuntos educacionais da UFFS. cesar.capitano@uffs.edu.br. Projeto de pesquisa vinculado: Oeste Catarinense: colonização e diferentes dimensões na/da fronteira.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em História (UFSC); Pós-Doutor pela Universidade de Padova (Itália); Professor Associado da UFFS. radin@uffs.edu.br. Projeto de pesquisa vinculado: Oeste Catarinense: colonização e diferentes dimensões na/da fronteira.

## **A título de contextualização**

O município de Chapecó, parte integrante do antigo Contestado, nas últimas décadas se transformou em polo do oeste catarinense. Trata-se de um território tradicionalmente ocupado por populações indígenas e caboclas, mas que especialmente entre as décadas de 1920 e 1960, passou por intenso processo de colonização, protagonizado em especial por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul. A forma como se deu a tomada dessa fronteira agrícola, ancorada em pequenas propriedades e dirigida por empresas colonizadoras, por um lado permitiu o acesso à terra a um número significativo de famílias, mas, por outro, condicionou a marginalização das populações que lá já residiam, notadamente caboclos e indígenas.

Desse processo resultou intensa exploração ambiental, alicerçada na expansão capitalista na região, observada em especial pela comercialização das terras, pelo extrativismo da madeira, pela industrialização de grãos, de suínos e de aves, também resultado da reocupação dos espaços pela prática da agricultura de âmbito familiar impulsionada pela colonização. Isso favoreceu a formação de uma elite local, que gradativamente se fortalecia e, por outro lado, acentuava a cisão socioeconômica, condenando parte significativa da sociedade a viver em condições humanas impróprias, ou de alguma forma segregadas na sociedade. No transcurso da segunda metade do século XX esse cenário foi sendo cada vez mais nitidamente percebido. Foi nele e a partir dele que Marcelino Chiarello forjou sua formação e atuação, construiu sua breve e intensa história, marcada pela sua inserção nas lutas sociais e na defesa dos direitos humanos.

Processo de colonização este que contribuiu para um cenário de marginalização, sobretudo para os diferentes grupos nele estabelecidos, muito em decorrência da forma como se deu o processo de apropriação privada da terra. Nesse sentido, cabe destacar a abordagem de Martins (2009, p. 9-11) ao refletir sobre os diferentes sentidos atribuídos à fronteira, salientando que ela não deve ser entendida apenas na perspectiva geográfica, mas que geralmente ela se constitui em “cenário de intolerância, ambição e morte” e, além disso, que ela representa a “disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem e o animal, quem é humano e quem não o é.” Em sua abordagem o autor evidencia como se pode perceber com clareza a “fronteira da civilização”, das diferentes culturas e visões de mundo dos diferentes grupos que protagonizam determinado processo e que se constitui em “fronteira da história e historicidade do homem”. Afirma, ainda, que é nela “que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem”.

Para a melhor compreensão do que se pretende evidenciar nesse artigo, é imprescindível ter em mente esse entendimento, que a conquista da fronteira agrícola do oeste catarinense se delineou numa disputa entre os colonizadores se colocaram como figuras centrais do processo, como “pioneiros” e, como tais, com o direito de se apropriar da terra, dos recursos da natureza e de expropriar os grupos estabelecidos. É nítido que de um processo com essas características, emergem dívidas históricas expressas na profunda desigualdade socioeconômica e espacial como realidade da região. Desses processos de apropriação e expropriação, emergiram resistências de diferentes naturezas, integrando à luta na defesa daquilo que é essencial ao ser humano, que são as condições básicas de vida.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende situar a trajetória de Marcelino Chiarello como personagem de notado envolvimento em diferentes lutas sociais e enquanto defensor dos direitos humanos. Este personagem teve uma marcada influência do Bispo Dom José Gomes, que presidiu a Diocese de Chapecó entre os anos de 1968 a 1999. A trajetória de Marcelino está inserida no contexto do processo de colonização e este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa “Oeste Catarinense: colonização e diferentes dimensões na/da fronteira”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, que entre seus escopos propõe-se a investigar as diversas implicações sociais do processo de colonização regional. A proposta emergiu de provocações levantadas na Dissertação de Mestrado<sup>1</sup> e foi produzida também com suporte nos documentos utilizados na pesquisa, além do uso de bibliografia pertinente ao tema.

### **O mestre e o discípulo**

Marcelino Chiarello nasceu no município de Caxambu do Sul, em 12 de setembro de 1969, filho de pequenos agricultores, que como entre outros tantos ocuparam áreas destinadas à pequena agricultura; foi seminarista, formou-se em Filosofia pela Unochapecó e em História pela Unoesc; atuou como professor nessas duas áreas na rede pública de ensino de Santa Catarina, foi filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE) e também exerceu expressiva liderança comunitária, como foi no Bairro Santo Antônio, em Chapecó, aonde residiu. A sua formação e os princípios estruturantes de sua percepção e trajetória políticas foram marcadas por relevante influência dos ensinamentos do Bispo Dom José Gomes, o qual foi um grande expoente da Teologia da Libertação, com marcada atuação na Diocese de Chapecó.

A atuação de Dom José Gomes foi abalizada em especial na organização de Pastorais com foco social, que na perspectiva proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, deveriam se aproximar da vida concreta das pessoas, “da forma como Jesus as encontrava em suas caminhadas”, ou seja, deveriam ter um engajamento objetivo e inserido: “para desvendar o rosto das ‘multidões cansadas e abatidas’ é necessário buscar as causas da pobreza e da exclusão social” (CNBB, 2001, p. 5). Tal percepção evangelizadora direcionou a atuação do Bispo na Diocese catarinense, contribuindo gradativamente e de forma significativa para a formação de um conjunto de lideranças nos mais variados segmentos da sociedade. Por sua vez, esse processo teve contribuição decisiva para a emergência, bem como para propulsar diversos movimentos sociais, entre os quais os ligados às lutas de mulheres e de jovens, de agricultores familiares, de sem-terra, de atingidos por barragens e de indígenas, sobretudo no território abrangido pela Diocese.

Portanto, a atuação pastoral do Bispo Dom José Gomes, movia-se pelo entendimento de que a fé e a prática social seriam indissociáveis, estabelecendo que a pregação cristã necessitaria dialogar de forma direta com as necessidades da vida concreta das pessoas. Tal perspectiva foi sintetizada por Frei Beto (2006, p. 287), ao afirmar que “não é só o texto que revela a Palavra de Deus, mas também o contexto social, político, econômico e ideológico, no qual se desenrolou a prática evangelizadora de Jesus”. Destarte, isso levou tanto o religioso quanto seu discípulo Marcelino a agirem pautados na defesa e na promoção de valores humanistas. Ao se reportar a tais valores salienta Caporale (2000, p. 20), que seriam aqueles que colocam a centralidade do humano como valor; que tem por parâmetro a igualdade de todos os seres humanos; ou ainda, os que afirmam a liberdade de ideias e de crenças e o repúdio à violência.

Nessa perspectiva, a atuação de Dom José Gomes foi caracterizada e claramente marcada pela defesa dos Direitos Humanos. Isso fica muito evidente em seus Sermões, como os escritos e proferidos entre 1975 e 1992, publicados no importante livro documental que os reúne, organizado por Lovera e outros (2013). Neles aparece com muita clareza a forma como o religioso relacionava o ensinamento do cristianismo com o processo de libertação das pessoas, seja no âmbito individual ou no coletivo. Nesse sentido, no Prefácio da obra, Paulo Fernando Diel, ao fundamentar o viés de atuação do bispo, salienta que ele “se deixou renovar pelo espírito do Concílio Vaticano II”, fazendo da Igreja um meio para a “libertação do povo”, e que ela deveria estar a serviço das comunidades, dos pobres e, acrescenta que no seu espaço de atuação: “essas opções marcaram não somente a Igreja, mas todos os movimentos populares, o

sindicalismo, o cooperativismo, os movimentos contra as barragens, das mulheres, os partidos, etc.”

Pode-se afirmar que foi, também e principalmente, a partir de lideranças formadas no âmbito da igreja, em especial das Pastorais Sociais, que se formou e se consolidou o Partido dos Trabalhadores - PT, em Chapecó, já a partir dos anos 1980. Vários de seus quadros políticos, em especial as principais lideranças, são oriundos deste processo formativo nas pastorais ligadas às Comunidades Eclesiais de Base e em seus grupos de reflexão.<sup>2</sup>

Destaque-se que em Chapecó o Partido dos Trabalhadores - PT venceu as eleições municipais no ano de 1996 e em 2000, ocasiões em que o ex-seminarista José Fritsch foi eleito e reeleito prefeito. No ano de 2002, quando ele abdicou do cargo de Prefeito para se candidatar ao governo de Santa Catarina, assumiu o seu vice, Pedro Uczai, também um ex-seminarista, que depois viria a se tornar deputado estadual e federal, cargo que ocupa na atualidade. Nessas gestões Marcelino Chiarello atuou em áreas como a da assistência social, nos serviços urbanos e na coordenação do Orçamento Participativo, espaços que lhe permitiram ampliar e consolidar sua projeção política, também decorrente de sua intensa atuação. Sua liderança foi se enrobustecendo principalmente pelas inúmeras discussões relativas ao Orçamento Participativo, a partir das quais estabeleceu contato com as várias comunidades, organizações de bairros e diferentes organizações sociais do município. Esse seu engajamento o empoderou como liderança política, facilitando sua eleição à vereador nas eleições de 2004 e de 2008. Em sua atuação na Câmara notabilizou-se como parlamentar de oposição às gestões de prefeitos do campo político de direita.<sup>3</sup>

Para além de sua atuação parlamentar, Marcelino Chiarello operou em diferentes frentes, sobretudo junto às organizações populares, fazendo parte entre outras, de Associações, Sindicato, Conselhos, espaços nos quais as suas intervenções e defesas o caracterizavam como um humanista. Pautava-se pelos princípios que havia aprendido na sua formação e relação radical com o cristianismo. Reportando-se a essa perspectiva, salienta Belebom (2017, p. 15) que, ele, enquanto um seguidor dos ensinamentos de Dom José, guiava-se pelos princípios da Teologia da Libertação e via na defesa do bem comum a essência desses ensinamentos.

A ação da igreja com as causas sociais no período da atuação de Dom José Gomes, ecoou no período de seu sucessor, o Bispo Dom Manoel Francisco, que assumiu a Diocese de Chapecó em 1999, após o falecimento de Dom José naquele ano. Entre esses engajamentos sociais se coloca a posição clara que a instituição havia assumido, em defesa da demarcação das terras dos Guarani, no município de Saudades, o que lhe rendeu inúmeras críticas de setores e lideranças conservadoras do *status quo*, em especial do então prefeito de Chapecó João

Rodrigues, inclusive com a organização de protesto na praça central de Chapecó, conforme se observa na fotografia a seguir. A violência simbólica com tom ameaçador demonstra o grau de resistência das forças conservadoras ao posicionamento do Bispo Dom Manoel Francisco em defesa da demarcação das terras indígenas, como pode ser observado na imagem a seguir.

Imagem 1 – Protesto contra o Bispo Manoel Francisco em Chapecó – 2007



Fonte: Acervo pessoal de Edivandro Frare.

A história de Chapecó registra com frequência esse tipo de ameaças, que como foi evidenciado por Hass (2003) são típicas do mandonismo local. Cabe aqui lembrar que elas se colocam na fronteira entre aquilo que os que utilizam esse tipo de subterfúgio imaginam humano e não humano, entre o que representaria civilização e não civilização, entre atraso dos outros e o seu progresso.

Na mesma perspectiva de intimidações relacionadas à defesa dos povos indígenas, cabe ressaltar ainda que Dom José Gomes também havia recebido ameaças, ainda na década de 1980, quando defendeu a demarcação das terras dos Kaingang em Chapecó, o Toldo Chimbangue, na localidade que era conhecida como “Sede Trentin” (DIEL, 2017, p. 450-451) e que havia sido apropriada no contexto da colonização e vendida a aproximadamente 160 famílias de agricultores.

Por sua vez, tais ameaças indicam o constante confronto latente ou manifesto, entre as forças políticas conservadoras de Chapecó e os segmentos que se posicionam em defesa de pautas de cunho social, como neste caso, das lutas dos povos indígenas para a recuperação de seus antigos territórios. A violência política, seja por meio de intimidação ou violência física, tem sido marca constante na história brasileira e é facilmente observada também no oeste catarinense, especialmente contra dirigentes sindicais, ativistas de Direitos Humanos, ecologistas e diferentes lideranças de movimentos sociais.

Tendo em mente esse cenário de constante disputa, e considerando a influência do bispo no seu processo de formação intelectual e política, Marcelino propôs um projeto de lei “Medalha de Honra ao Mérito Dom José Gomes”, em 26 de maio de 2008 (Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense – CEOM), que foi aprovado pelo Legislativo municipal, com a qual o vereador propunha laurear pessoas que se destacassem em ações sociais no município, como as ligadas à defesa da vida, à luta por direitos, em especial dos mais pobres.

A proposição da “Medalha de Honra” evidencia que Marcelino balizava suas ações a partir daquilo que seu mentor ensinava, ou seja, sinaliza que o parâmetro de suas ações era a defesa da vida e daquilo que considerava socialmente relevante e mais justo. Tal perspectiva é nitidamente observada na sua atuação parlamentar, considerando que foi muito atento a qualquer indício de ilicitude por parte do poder público, assim como pelo seu envolvimento com questões que defendessem e promovessem o ser humano, ou seja, um militante dos Direitos Humanos.

### **Lutas e legado humanista de Marcelino**

Em decorrência de sua radicalidade com os princípios nos quais acreditava, por exemplo, enquanto vereador entre os anos de 2005 a 2011 fez várias denúncias, que de alguma forma envolviam integrantes da elite política ou econômica local. Entre as quais, uma que apontava irregularidades quanto à terceirização da merenda escolar da rede municipal de educação de Chapecó com a empresa Nutriplus, outra que dizia respeito a irregularidades na licitação para implantar lombadas eletrônicas por meio da empresa Eliseu Koop, outra que apontava possíveis fraudes na definição da planilha da Auto Viação Chapecó, empresa da família Scopel e majoritária no transporte coletivo de Chapecó, o que justificaria o aumento do preço da passagem urbana e uma que apontava irregularidades no repasse de verbas do Fundo

Social estadual a entidades, e no ano de 2011, acabou gerando ação do Ministério Público pedindo a saída do subprefeito do Bairro Efapi, Dalmir Peliciolli, um dos denunciados.

Em outra frente desencadeou um movimento exitoso na Escola Pedro Maciel onde atuava, ocasião em que demonstrou habilidade na organização de alunos, professores e pais, contra a destinação da área da escola para a construção de um shopping, como pretendia o poder público municipal, dada sua localização privilegiada próximo ao centro da cidade.

Também protagonizou e apoiou um conjunto de lutas reivindicatórias, entre as quais a organização de uma greve de motoristas e cobradores do transporte coletivo de Chapecó; foi um dos principais líderes da greve dos professores da rede pública de Santa Catarina, em 2011; contribuiu para o sucesso da oposição sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó - SITRACARNES, nas eleições em 2011; ainda, envolveu-se na luta dos avicultores em seu pleito para elevar o preço pago pelos frigoríficos, como ficou evidenciado na abertura do documentário *Corda no Pescoço*. A forma intensa como Marcelino se envolvia em suas atividades profissionais, sociais e políticas o transformou num líder radical, que ia às raízes dos problemas, destemido e, por isso, também era muito contestado, sobretudo pelos setores que viam seus interesses pessoais questionados.

Em grande medida, foram as inúmeras contradições sociais decorrentes do processo de colonização regional, ancorado na expansão predatória do capitalismo no oeste catarinense, que o intrigavam e o incitavam à ação - no meio em que vivia. Sua liderança se construiu nesse cenário, tanto na denúncia dos resultados nefandos do processo, quanto na proposição de alteridade, com base em princípios que fossem estruturantes de uma sociedade inclusiva. Em síntese, colocou às claras tais contradições e o fez de forma cada vez mais engajada e intensa e, seja por isso ou pelo desfecho nebuloso das explicações oficiais acerca de sua morte, provocaram um conjunto de reações da sociedade, que por si mostram a dimensão da importância e do significado histórico de sua liderança.

A morte do Vereador Marcelino, em 28 de novembro de 2011, provocou vários desdobramentos tanto pelas manifestações e protestos de rua, quanto pelas contradições dos laudos produzidos pelas investigações, de suicídio e de homicídio. Inicialmente o médico legista Antônio de Marco, que fez a análise cadavérica e os delegados da Polícia Civil concluíram que se tratava de homicídio com a simulação de enforcamento, em especial pela grande quantidade de sangue na cena do ocorrido. Também evidenciava esse entendimento o fato das marcas de sangue no corpo, em especial no rosto, terem escorrido para diferentes direções, além de, conforme foi destacado por Uczai (2018, p. 45), o corpo apresentar

ferimentos recentes. Em seu texto o autor compara o caso com o de Vladimir Herzog, enforcado numa Delegacia do DOPS, em 1975, no período áureo do regime militar.

A indicação de suicídio foi publicada em 26 de janeiro de 2012 pelo médico do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, Zulmar Coutinho. Tal anúncio gerou reação do deputado Pedro Uczai no plenário da Câmara dos Deputados (14/03/2012), registrando que lhe causava estranheza o fato do pedido do novo laudo ter sido feito no dia 2 de fevereiro, portanto, em data posterior ao anúncio de Coutinho. Salienta em sua intervenção que isso se constituiria numa contraofensiva, construída de forma nebulosa, para colocar em pauta a ideia do suicídio e criar a controvérsia na opinião pública.

Em face às conclusões incongruentes das investigações, o Fórum em Defesa da Vida, por Justiça e Democracia<sup>4</sup>, formado por 54 entidades ligadas a movimentos sociais, sindicais, associações comunitárias, entidades religiosas, estudantis e de direitos humanos, exigia em seus atos que a Polícia Federal atuasse no caso, supondo que houvesse investigações mais efetivas e com imparcialidade. Tal solicitação ocorreu a partir de abril de 2012 e, três meses depois, a referida polícia, fez a exumação do cadáver para uma nova análise. Em setembro daquele ano, no entanto, apresentava suas conclusões afirmando que a morte de Marcelino teria ocorrido por suicídio (GIOVANAZ, 28/11/2016).

Inconformados com as conclusões apresentadas pela Polícia Federal, familiares, advogados e membros do Fórum em Defesa da Vida, solicitaram um novo laudo, agora ao médico legista Daniel Muñoz, da Universidade de São Paulo - USP, que junto com uma equipe de peritos esteve na residência aonde ocorreu a morte, na qual realizou diversas situações. Com base nelas e após análise da documentação produzida pelas investigações sobre o caso, em de 05 de agosto de 2013, apresentou suas conclusões, afirmando se tratar de um caso de homicídio (GIOVANAZ, 01/12/2016).

As contradições dos diferentes laudos contribuía para insuflar ainda mais as manifestações populares, sobretudo lideradas pelo Fórum em Defesa da Vida. Entre os eventos figura um evento promovido pela Comissão da Verdade da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, que expôs para a comunidade o laudo realizado pela equipe da USP. No evento justificava-se ser dever da referida Comissão pronunciar-se em possíveis casos de violação de direitos humanos. Nessa ocasião o reitor, Jaime Giolo, salientou que “o princípio da verdade é importante para que a sociedade possa avançar; a verdade precisa prevalecer sobre a obscuridade e a mentira”.<sup>5</sup>

A repercussão da morte de Marcelino na sociedade local e regional se estendeu pelos anos seguintes, o que deixou ainda mais evidente a liderança que exercia e seu envolvimento

nas diferentes frentes de luta por uma sociedade mais justa e mais humana. Tal impacto pode ser observado de várias formas, tanto pelas manifestações nas redes sociais quanto pelas diversas matérias na imprensa.<sup>6</sup> Além disso, foram marcantes os expressivos atos de rua, nos quais era manifesta a exigência da verdade, sob o mote: “quem matou/quem mandou matar Marcelino?”. Nesse sentido, além das intensas mobilizações de rua ocorridas, foram registradas outras manifestações, como paródias de músicas acerca do caso, camisetas com o rosto de Marcelino estampado e, também, foram espalhados *outdoors*<sup>7</sup> pela cidade, clamando pela verdade sobre o caso, como se observa a seguir.

Imagem 2 – Outdoor “Queremos a Verdade”



Fonte: PT de Chapecó divulga nota sobre o caso Chiarello. Disponível em: <https://ndonline.com.br/oeste/noticias/pt-dechapeco-divulga-nota-sobre-a-morte-de-chiarello>. Publicado em 19/04/2013.

Todas estas ações visavam disputar a narrativa na sociedade, homicídio ou suicídio, e se assumindo a tese de homicídio, o que teria motivado, quais razões, e o exemplo do *outdoor* acima tem o aspecto mobilizador perante a sociedade. O “queremos a verdade” terminando com um questionamento dirigido simboliza que uma gama significativa da sociedade se levantava contra as narrativas oficiais que acabaram prosperando.

Mas outro aspecto a ser disputado e valorizado: a memória de Marcelino Chiarello. Dentro do processo histórico, das lutas sociais, da sua relação com Dom José Gomes e a opção pelos oprimidos, do fortalecimento dos movimentos sociais, das canções religiosas que associam ao mártir ou as letras de rap que o aproximam de outros fatos históricos de Chapecó.<sup>8</sup>

Posteriormente e com o arquivamento do caso, e como fator marcante na disputa de narrativas, há que se citar a realização de um “Julgamento Popular do Caso Chiarello”, o qual foi lançado na praça central de Chapecó, em 12 de setembro de 2017, tendo inúmeros debates na cidade e foi finalizado em 30 de junho de 2018, no salão comunitário do Bairro Passo dos Fortes.

O “Julgamento Popular” foi mais um evento organizado pelo Fórum em Defesa da Vida e foi coordenado pelo Juiz Jorge Moreno, do estado do Maranhão, experiente nesse tipo de ato e que, segundo ele, esse tipo de evento se fundamenta numa metodologia desenvolvida pela sociedade civil e se constitui numa espécie de Tribunal Popular do Judiciário, “como resposta à verificada situação de negação e violação de direitos humanos”.<sup>9</sup> No caso em questão, o ato seria apropriado, pelo fato de Marcelino ter sido “um militante social, um defensor dos direitos humanos, uma autoridade comprometida e engajada com uma administração pública correta, honesta e proba” (Idem).

O julgamento popular chamou a atenção da sociedade, considerando que envolveu diversos atos e debates públicos, propositadamente realizados em diferentes dias e locais para abranger o maior número de pessoas. Em decorrência desse julgamento popular, o Fórum em Defesa da Vida protocolou cartas e documento à Procuradoria Geral da República pleiteando a reabertura do caso, fato que até o momento não ocorreu.

Considerando a formação de Marcelino e da forma que ele construiu sua trajetória com estreito vínculo aos ensinamentos religiosos da Teologia da Libertação, aliado à repercussão popular de sua morte e ao entendimento que ele teria sido executado em decorrência das lutas que empreendia, ele também foi colocado como um novo mártir. Isso ficou evidente em paródias de músicas cantadas nas manifestações populares, no trabalho de Belebom (2017) e, também, em depoimentos como o de Leonardo Boff, publicado no Canal no YouTube do padre Edivandro Frare, ao afirmar que “Marcelino Chiarello é um mártir da vida e da justiça”.

Além disso, é possível, assumindo a narrativa da tese de homicídio, se fazer comparação com casos semelhantes de violência praticados contra os defensores de Direitos Humanos e de lutas populares, entre os quais foram lembrados os assassinatos que marcaram a história recente do país, entre outros os de Margarida Alves, em Alagoa Grande na Paraíba (1983), Padre Josimo Tavares, no Bico do Papagaio, à época em Goiás, atualmente Tocantins

(1986), de Chico Mendes, em Xapuri no Acre (1988) e de Dorothy Stang, em Anapu no Pará (2005). Todos estes casos, ganharam dimensão nacional e inclusive internacional. E em perspectiva de representação de mártires, podem ser exemplos. Sobre mártires cristãos, Dom Pedro Casaldáliga destacou que “para nós, cristãos, aquele que morre conscientemente pela causa da justiça, da verdade, da liberdade, contra a tortura, professando a sua fé no Deus da vida, que é o Deus de Jesus Cristo, será mártir cristão” (1988, p.231).

E enquanto memória de representação, são exemplos a Marcha das Margaridas, movimento de luta das mulheres que recorda Margarida Alves, ou amplas homenagens em nomes de ruas, parques, movimentos, a Chico Mendes, e este também menção em músicas de Luiz Gonzaga a banda mexicana Maná, as várias homenagens e disputa de memórias por parte de movimentos sociais a Dorothy Stang e Padre Josimo Tavares.

Também em sentido associativo, a morte de Marcelino Chiarello suscitou narrativas da relação ao histórico de mandonismo local, ao qual se atribui uma série de injustiças cometidas contra os povos indígenas e caboclos e simbolizado no episódio do “linchamento”, abordado por Hass<sup>10</sup>, ocorrido em Chapecó, em 1950. Nele, quatro pessoas foram presas e, depois, torturadas e mortas na prisão, a qual foi invadida por um grupo expressivo de pessoas, sob a batuta de elementos da elite local, alegando suposto envolvimento dos presos na queima da igreja matriz da cidade, acusação que depois se demonstrou infundada. Também por isso, no entender da autora, essa demonstração de poder se tornou “assunto proibido”, para essa mesma elite, nas décadas seguintes.

Houve também, após o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, sentido associativo entre os casos. Por meio de nota da Executiva do PT de Chapecó, indicou-se que os casos Marielle e Marcelino, foram crimes que afrontaram diretamente a cidadania e a democracia. Por isso, na nota exigia imediata e rigorosa apuração destes crimes do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, “que o Estado não cometa erros gravíssimos, como aconteceu na investigação do assassinato do Vereador Marcelino Chiarello em Chapecó, fazendo com que o caso fosse arquivado, como suicídio”.<sup>11</sup>

Por tudo isso, o nome Marcelino Chiarello passou a marcar a memória local e regional sob diferentes formas. É lembrado por suas lutas e pela atuação enquanto vereador e por um conjunto de outras situações, como tema de diversas pesquisas acadêmicas e publicações, por seu nome ser atribuído a diferentes entidades ou espaços. Entre esses, o nome foi dado a um acampamento do Movimento dos Sem Terra - MST, em Xanxerê-SC, a uma livraria e ao Centro Comunitário do Bairro Santo Antônio, onde ele residia.

Acrescente-se ainda, que em Santa Catarina, pelo Projeto de Lei Nº 0579.6/2011, o dia 28 de novembro foi transformado no “Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça”, através de um projeto apresentado por um grupo de deputados estaduais, que justificaram a escolha da data como uma “homenagem ao vereador Marcelino Chiarello”.

Por fim, é simbólico que o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, tenha mudado sua denominação para “Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello”. Isso demonstra que Marcelino está entre os nomes que dedicaram sua vida na defesa e para a construção de um mundo socialmente mais justo e mais humano.

Destarte, a trajetória de Marcelino Chiarello, caracterizada sobretudo pelo seu envolvimento e entrega em diferentes frentes de luta social, bem como por seu perfil de percepção da realidade, guiada pela radicalidade cristã de sua formação, o transformou numa liderança admirada por uns e detestada por outros. Isso por sua vez reflete os conflitos característicos dos delineamentos da fronteira entre o humano e o não humano, como foi refletido por Martins (2009), nos quais ele aguerrida e destemidamente trilhou e, muito em decorrência disso, o desfecho foi com sua morte trágica. Também, compreender a história de vida de Marcelino fatalmente nos remete a perceber com mais clareza a disputa entre duas formas de perceber e de organizar a sociedade; uma na qual se faz o esforço para inserir as pessoas, para construir cidadania, para colocar a sociedade como um fim e, outra, que se centra na proteção e defesa dos interesses privados e na apropriação e acumulação da riqueza, independente dos meios que para tal se utilizam. Essa disputa, construída especialmente em decorrência da forma como se deu o processo de colonização da região e dos seus desdobramentos. Ela foi nitidamente percebida por Marcelino e, por isso, também buscou não apenas denunciar seu lado pernicioso, mas também propor o que produzisse alteridade, ou seja, uma sociedade não fundada no individualismo, mas em relações socialmente justas, ancoradas no reconhecimento do outro e efetivada nas relações que com ele se estabelece. Foi nesse cenário que ele se construiu e se caracterizou como um defensor dos direitos humanos.

### **Referências bibliográficas**

- Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense – CEOM. Chapecó-SC.  
Acervo pessoal de Edivandro Frare.  
BELEBOM, Itamar. *Marcelino Chiarello: um mártir da justiça do Reino. Uma reflexão político-pastoral-espiritual*. Trabalho de Conclusão de Curso. Passo Fundo: ITEPA, 2017.  
BETO, Frei. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

- BOFF, Leonardo. *Marcelino Chiarello: Depoimento*. <https://www.youtube.com/watch?v=knxnvJ7szYY> (Canal de Edivandro Luiz Frare). Acesso em 15/04/2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Pronunciamento do Deputado Pedro Uczai*. Brasília: 14/03/2012.
- CAPORALE, Rocco. Algumas reflexões críticas sobre o conceito de humano. In: PAVIANI, J; DAL RI Jr. Arno. *Globalização e humanismo latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Na procura do reino: antologia de textos 1968/1988*. São Paulo: FTD, 1988.
- CNBB. *O que é Pastoral Social*. [http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha\\_pastoral\\_social.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_pastoral_social.pdf). Brasília: junho de 2001. Acesso em 15/04/2020.
- DIEL, Paulo Fernando. História da Igreja de Chapecó (p. 413-460). In: *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. CARBONERA, Mirian, ONGHERO, André Luiz, RENK, Arlene, SALINI, Ademir Miguel (Orgs.) Chapecó, SC: Argos, 2017.
- Corda no pescoço*. Documentário dirigido por Carlos Juliano Barros e Cauê Angeli. Repórter Brasil/Onze Filmes. [https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG_Y). Acesso em 18/04/2020.
- GIOVANAZ, Daniel. *Suicídio versus homicídio: Quem matou o vereador catarinense Marcelino Chiarello?* Brasil de Fato, 01/12/2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/01/suicidio-versus-homicidio-quemmatou-o-vereador-catarinense-marcelino-chiarello/>. Acesso em 05/10/2020.
- GIOVANAZ, Daniel. *Vereador morto após denunciar esquemas de corrupção: quem matou Marcelino Chiarello*. Brasil de Fato, 28/11/2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/28/quem-matou-marcelino-chiarello>. Acesso em 09/03/2020.
- HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer*. Chapecó: Argos, 2003.
- LOVERA, Clair José et al. (Orgs.). *Sermões do Bispo Dom José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013.
- LANÇAMENTO do Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello é na terça-feira (12), <https://www.gazetadechapeco.com/single-post/2017/09/10/Lan%C3%A7amento-do-JulgamentoPopular-do-caso-Marcelino-Chiarello-%C3%A9-na-ter%C3%A7a-feira-12>. Acesso em 02/01/2018.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- UCZAI, Pedro. *Uma grande causa vale a vida*. Chapecó: Instituto Dom José Gomes, 2018.
- UFFS discutiu estudo científico sobre morte do vereador Marcelino Chiarello produzido pela USP. Disponível em: [http://historico.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com\\_content&view=article&id=4961%3Auffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp-&catid=37%3Anoticiasinstitucional&Itemid=820](http://historico.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com_content&view=article&id=4961%3Auffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp-&catid=37%3Anoticiasinstitucional&Itemid=820). Acesso em 15/04/2020.
- PT de Chapecó divulga nota sobre o caso Chiarello. Disponível em: <https://ndonline.com.br/oeste/noticias/pt-de-chapeco-divulga-nota-sobre-a-morte-de-chiarello>. Publicado em 19/04/2013. Acesso em 01/02/2018.
- PT emite nota e compara caso Chiarello com assassinato de vereadora no RJ. Disponível em: <http://www.lenoticias.com.br/noticia/3005/pt-emite-nota-e-compara-caso-chiarello-com-assassinato-de-vereadora-no-rj>. Acesso em 15/04/2020.
- SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei Nº 0579.6/2011.

Recebido em 08/10/2020.

Aceito em 04/12/2020.

---

<sup>1</sup> CAPITANIO, Cesar. *Marcelino Chiarello*: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica. Dissertação (História), Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Chapecó, SC, 2018. A produção dessa Dissertação abriu a perspectiva para diversas possibilidades de pesquisa, entre as quais a produção dessa reflexão.

<sup>2</sup> Sobre esse assunto ver: GODINHO, Lucas da. *A cruz, a estrela vermelha e o povo*: influência da Igreja Católica na formação de lideranças no PT na Diocese de Chapecó (1979-1989). Chapecó: Dissertação (História). (PPGH/UFFS), 2019.

<sup>3</sup> Nas duas eleições, João Rodrigues, na época no Partido da Frente Liberal - PFL, elegeu-se prefeito. Em 2010, quando Rodrigues deixou o cargo para se candidatar a deputado federal, o vice José Cláudio Caramori assumiu a gestão municipal.

<sup>4</sup> Ver perfil no Facebook no qual é possível visualizar fotografias dos principais atos realizados em decorrência da morte de Marcelino, bem como de outras notícias acerca do caso. <https://www.facebook.com/F%C3%B3rum-em-Defesa-da-Vida-Por-justi%C3%A7a-e-Democracia-165082927005597/>. Acesso em 13/04/2020.

<sup>5</sup> UFFS discutiu estudo científico sobre morte do vereador Marcelino Chiarello produzido pela USP. Link nas referências bibliográficas abaixo.

<sup>6</sup> Ver: BUTTENBENDER, Ananda C. F.; GOLDSCHMIDT, Ilka M. *A cobertura da morte do vereador Marcelino Chiarello pelo jornal Diário do Iguçu*: uma análise sob a perspectiva do jornalismo investigativo (2012); NASCIMENTO, Andressa do. *Disseminação e conteúdo no Facebook*: uma análise da cobertura do caso Chiarello no perfil do jornalista Bruno Pace Dori. (TCC Jornalismo). Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO, 2012.

<sup>7</sup> PT de Chapecó divulga nota sobre o caso Chiarello. Disponível em: <https://ndonline.com.br/oeste/noticias/pt-dechapeco-divulga-nota-sobre-a-morte-de-chiarello>. Publicado em 19/04/2013.

<sup>8</sup> Ver páginas 94-95 de CAPITANIO, Cesar. *Marcelino Chiarello*: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica. Dissertação (História), Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Chapecó, SC, 2018.

<sup>9</sup> (Lançamento do Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello é na terça-feira).

<sup>10</sup> Ver: HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer*. Chapecó: Argos, 2003. Nesse livro a autora caracteriza bem, sobretudo o cenário político regional para abordar os episódios da queima da igreja e a prisão, tortura e linchamento de quatro pessoas, como demonstração de força da elite local e que teve grande repercussão e que seus desfechos ainda pairam de forma nebulosa sobre a história de Chapecó.

<sup>11</sup> PT emite nota e compara caso Chiarello com assassinato de vereadora no RJ). Disponível em: <http://www.lenoticias.com.br/noticia/3005/pt-emite-nota-e-compara-caso-chiarello-com-assassinato-de-vereadora-no-rj>. Acesso em 15/04/2020.